

Curso/Disciplina: Penal (Parte Especial)

Aula: Penal (Parte Especial) – 58

Professor(a): Marcelo Uzêda

Monitor(a): Mayara Cristina de Araujo Rabelo

Aula nº. 58

Art. 316, parágrafos: **Excesso de exação**

§ 1º - Se o funcionário exige tributo ou contribuição social que sabe ou deveria saber indevido, ou, quando devido, emprega na cobrança meio vexatório ou gravoso, que a lei não autoriza: (Redação dada pela Lei nº 8.137, de 27.12.1990)

Pena - reclusão, de 3 (três) a 8 (oito) anos, e multa. (Redação dada pela Lei nº 8.137, de 27.12.1990)

§ 2º - Se o funcionário desvia, em proveito próprio ou de outrem, o que recebeu indevidamente para recolher aos cofres públicos:

Pena - reclusão, de dois a doze anos, e multa.

A **concussão** exige vantagem indevida em razão da função. No excesso de exação, a palavra **exação** significa cobrança, o delito se configura pela **cobrança indevida**. O servidor **deve ou deveria saber indevido** ou usa **método vexatório ou gravoso na cobrança**. Esse valor cobrado vai para os cofres públicos.

A pena é de 3 a 8 anos, enquanto o do caput é de 2 a 8 anos.

Desvio: quando o funcionário desvia em proveito próprio ou de outrem, o que recebeu indevidamente, é forma qualificada.

Elemento subjetivo: dolo. No parágrafo 2º além da cobrança indevida há o desvio.

O § 2º é exaurimento do § 1º, no primeiro ele cobra, já tendo nesse momento consumado o delito. No segundo, há o exaurimento.

➤ **Corrupção passiva**

Art. 317 - Solicitar ou receber, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida, ou aceitar promessa de tal vantagem:

Pena – reclusão, de 2 (dois) a 12 (doze) anos, e multa. (Redação dada pela Lei nº 10.763, de 12.11.2003)

§ 1º - A pena é aumentada de um terço, se, em consequência da vantagem ou promessa, o funcionário retarda ou deixa de praticar qualquer ato de ofício ou o pratica infringindo dever funcional.

§ 2º - Se o funcionário pratica, deixa de praticar ou retarda ato de ofício, com infração de dever funcional, cedendo a pedido ou influência de outrem:

Pena - detenção, de três meses a um ano, ou multa.

1. Tudo o que foi anotado em relação à concussão é aproveitado aqui na corrupção passiva, com a diferença que a corrupção passiva tem **três núcleos: solicitar, receber ou aceitar promessa de vantagem**. Aqui, a iniciativa é a do funcionário público. Chama-se “passiva” porque o legislador tem a bilateralidade do crime de corrupção ativa.

Na corrupção ativa o agente oferece ou promete vantagem para determinar o comportamento do funcionário público. Logo, se o particular oferece o particular recebe ou aceita promessa tal promessa de vantagem indevida em razão da função.

Nessa relação há bilateralidade, o pressuposto de receber é que alguém ofereceu. No verbo soltar, contudo, não há bilateralidade. Então mesmo que funcionário tome a iniciativa de solicitar, o particular é vítima em razão da ausência da bilateralidade, exceto se o funcionário faz contraproposta. É uma exceção a teoria monista.

2. **Sujeito Ativo:** somente pode ser o funcionário público, prevalecendo-se da função. **Sujeito passivo:** é o Estado e o particular prejudicado.
3. **Elementos objetivos:** solicitar = pedir. O particular que premido pelas circunstâncias cede ao pedido sem tomar a iniciativa de oferecer não comete corrupção ativa. Receber pressupõe que alguém ofereceu. Promessa: vantagem a ser entregue no futuro.
4. **Elemento subjetivo:** dolo, mais o especial fim de agir. Dolo de solicitar, receber ou aceitar promessa e o especial fim: para si ou para outrem. Vantagem não precisa ser patrimonial.
5. **Consumação:** nas condutas de solicitar vantagem indevida ou aceitar promessa de tal vantagem é crime formal e instantâneo, que se consuma independentemente de sua efetiva obtenção. Na conduta de receber o crime é material, ou seja, se consuma com a efetiva posse, tradição.
6. Em tese cabe **tentativa** nas duas primeiras formas, na conduta de receber é possível a tentativa se não houve o recebimento da vantagem.
7. **Pena:** detenção, de três meses a um ano, ou multa.
8. **Ação pública incondicionada.**

9. **Corrupção privilegiada (art. 317, §2º):** quando funcionário público pratica, deixa de praticar ou retarda ato de ofício, com infração de dever funcional. Corrupção própria: sujeito oferece vantagem para funcionário público deixar de realizar dever de ofício. É na corrupção própria que ocorre o exaurimento da conduta de corrupção. A corrupção imprópria ocorre quando o funcionário oferece vantagem ao funcionário público para praticar dever de ofício. Na corrupção imprópria não há exaurimento. Pena - detenção, de três meses a um ano, ou multa.